



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA N.º 70/X/4.^a

Aos vinte e seis dias do mês de Novembro do ano dois mil e oito reuniu, pelas quinze horas, na sala oito, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e votação das Actas n.ºs 68 e 69;
2. Apreciação de Relatórios de Audiências concedidas pelo Grupo de Trabalho das Audiências;
3. Apreciação da Redacção final da Proposta de Lei n.º 216/X (GOV), que aprova a revisão do Código do Trabalho;
4. Apreciação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP;
5. Audições no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 198/X (GOV), que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/23/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2006, relativa à licença comunitária de controlador de tráfego aéreo e da Proposta de Lei n.º 221/X (GOV), que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 503/75, de 13 de Setembro, que aprova o estatuto do controlador de tráfego aéreo, fixando o limite superior de idade para o exercício de funções operacionais, pelos controladores de tráfego aéreo em 57 anos:
 - 15H30 - INAC - Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P.;
 - 16H15 - Sindicato dos Controladores de Tráfego Aéreo/Associação Portuguesa dos Controladores de Tráfego Aéreo;
 - 17H00 - Comissão de Trabalhadores da NAV Portugal, E.P.E. - Navegação Aérea de Portugal.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alberto Arons de Carvalho (PS), deu início à reunião, submetendo a votação as Actas números 68 e 69, as quais foram aprovadas por unanimidade.

No segundo ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) apresentou os relatórios das audiências concedidas pelo Grupo de Trabalho das



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Audiências, no dia 19 de Novembro, ao Sindicato Nacional da Indústria e da Energia (SINDEL), à Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas (APAP), ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (SNTCT) e ao Sindicato Independente dos Trabalhadores da Informação e Comunicações (SITIC). Deu ainda conta das diligências a realizar.

O Senhor Deputado Miguel Queiroz (PSD) solicitou a palavra para fazer uma breve nota sobre a situação dos arquitectos paisagistas, dado que há anos que reivindicam a criação de uma Associação Pública Profissional, que é necessária e devia ser uma preocupação da Comissão a resolução da situação.

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, o Senhor Pedro Mota Soares (CDS-PP) solicitou a palavra para dar conta que concorda com as alterações propostas pela DAPLEN ao Texto Final do Diploma que aprova a revisão do Código do Trabalho. No entanto, gostaria de propor por uma questão sistemática a inclusão da referência ao artigo 388º no elenco de normas a que alude o número 2 do artigo 14º da parte preambular. De facto este artigo adia a entrada em vigor de alguns artigos do Código até à revisão do Código de Processo do Trabalho, porque estão relacionados com o contencioso laboral. Acrescenta ainda que na denominada norma espelho (art. 12º da parte preambular) no número 5 se prevê que o correspondente ao artigo 388º no anterior Código do Trabalho só seja revogado com a entrada em vigor do Código de Processo do trabalho.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) pediu a palavra para demonstrar o acordo do Grupo Parlamentar do PS com as alterações sugeridas pela Informação n.º 546/DAPLEN/2008, mas propôs também duas alterações. Por um lado, o número 9 do artigo 52º, que previa uma contra-ordenação aplicável a trabalhador, o que apenas por lapso poderia ter ocorrido – pelo que sugere a eliminação da referência ao n.º 5 no número 9 do artigo 52º. Por outro lado, referiu o artigo 416, no qual foram efectuadas alterações ao número 1 do artigo, mas que não foi adequada a epígrafe, nem tão pouco o número 2 à nova redacção do número 1, pelo que propôs uma nova redacção para a epígrafe “Personalidade e capacidade de comissão de trabalhadores” e, em conformidade, a eliminação da expressão “comissão coordenadora” no número 2 do artigo.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) concordou com as alterações propostas pela Senhora Deputada. De seguida, o Senhor Deputado Fernando Antunes (PSD) referiu



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

que o Grupo Parlamentar do PSD concordava com as alterações propostas pelos serviços, mas também as que foram propostas oralmente. A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) também demonstrou a sua concordância com todas as alterações propostas. Finalmente, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) pediu a palavra para referir que o Grupo Parlamentar do PS concordava com a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP).

O Senhor Presidente da Comissão considerou então que a redacção final estava aprovada sem votos contra, nos termos regimentais. De seguida deu a palavra ao Senhor Deputado José Soeiro (PCP) para este apresentar o Requerimento do PCP. O Senhor Deputado José Soeiro (PCP) apresentou o Requerimento em causa, referindo que se pretende que o Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social se desloque a esta Comissão para ser ouvido no que diz respeito à situação de violação da legalidade e dos direitos dos trabalhadores nos CTT e qual a posição do Ministério sobre o assunto.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) sugeriu que de acordo com o que foi acordado com o Sindicato na audiência, fosse primeiro questionado o Ministério por escrito e se a resposta não fosse satisfatória então sim colocar-se-ia a votação o requerimento e o PS, como é seu timbre nesta Comissão, aprovaria.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) referiu que o seu Grupo parlamentar viabiliza a vinda do Senhor Ministro à Comissão e considera que a urgência da situação não se compagina com esclarecimentos por escrito. No entanto, solicita a autonomização da votação da vinda do Senhor Ministro com o restante conteúdo do requerimento, dado que é manifestamente político e em termos, com os quais, o Grupo Parlamentar do CDS-PP não se identifica.

O Senhor Deputado Fernando Antunes (PSD) referiu que também o PSD dará o seu assentimento à audição do Ministro e também não compreende da necessidade de se enviar primeiro por escrito. O Senhor Deputado José Soeiro (PCP) referiu que nada impede que a pergunta seja enviada, mas o Senhor Ministro deve deslocar-se à Assembleia da República para responder.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) considerou que o Senhor Ministro deveria vir à Comissão, até porque como resultou da audiência com um dos Sindicatos dos CTT a situação laboral da empresa é muito complexa.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) referiu que o pedido de esclarecimentos pode ser efectuado com carácter de urgência. O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) referiu então que se poderia dar um prazo de uma semana para o Senhor Ministro responder e então colocar a votação o requerimento do PCP.

O Senhor Presidente sintetizou a questão e registando-se o consenso, adiou-se este ponto da Ordem de Trabalhos e será enviado um pedido de esclarecimentos ao Senhor Ministro do trabalho, que terá uma semana para responder.

De seguida, teve lugar a audição com o Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P. (INAC), no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 198/X (GOV), que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/23/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2006, relativa à licença comunitária de controlador de tráfego aéreo, a qual foi integralmente gravada em suporte áudio e, nessa medida, encontra-se acessível na página da internet da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

O Senhor Presidente da Comissão iniciou a audição cumprimentando o representante do INAC, Dr. Carlos Abreu. Os Senhores Deputados Custódia Fernandes (PS) e José Soeiro (PCP) colocaram algumas questões, às quais o Dr. Carlos Abreu prestou os devidos esclarecimentos. Concluída a audição, o Senhor Presidente agradeceu a presença do representante do INAC e deu-se início à audição seguinte.

O Senhor Presidente da Comissão começou por agradecer a presença do Sindicato dos Controladores do Tráfego Aéreo, que se fizeram representar pelos Senhores Carlos Bettencourt Reis e Pedro Barata. A audição com o Sindicato, no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 198/X (GOV), que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/23/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2006, relativa à licença comunitária de controlador de tráfego aéreo e da Proposta de Lei n.º 221/X (GOV), que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 503/75, de 13 de Setembro, que aprova o estatuto do controlador de tráfego aéreo, fixando o limite superior



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

de idade para o exercício de funções operacionais, pelos controladores de tráfego aéreo em 57 anos, foi integralmente gravada em suporte áudio e, nessa medida, encontra-se acessível na página da internet da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Tomou então a palavra o Senhor Carlos Bettencourt Reis, que teceu algumas considerações sobre o “Céu Único” e sobre o enquadramento geral dos diplomas em questão, demonstrando a concordância do sindicato com ambas as propostas. De seguida, tomaram a palavra os Senhores Deputados Custódia Fernandes (PS), Arménio Santos (PSD) e José Soeiro (PCP) que solicitaram esclarecimentos sobre diversas questões. No sentido de responder ao solicitado, o Senhor Pedro Barata e o Senhor Carlos Bettencourt Reis tomaram novamente a palavra.

No final, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Sindicato e deu por concluída a audição. Logo de seguida, a 11ª Comissão recebeu a Comissão de Trabalhadores da NAV Portugal, E.P.E. - Navegação Aérea de Portugal, no âmbito da apreciação na especialidade dos mesmos diplomas. Esta audição foi também integralmente gravada em suporte áudio e, nessa medida, encontra-se acessível na página da internet da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede. A Comissão de Trabalhadores fez-se representar pelos Senhores Carlos Viegas, José António Chaves e Ana Paula Gonçalves.

O Presidente da Comissão de Trabalhadores, Senhor Carlos Viegas, começou por traçar o quadro geral da actividade de controlador de tráfego aéreo, bem como da importância da transposição na íntegra da Directiva em causa.

Após a conclusão da exposição, intervieram os Senhores Deputados Custódia Fernandes (PS), José Soeiro (PCP) e Miguel Queiroz (PSD) que solicitaram esclarecimentos sobre alguns aspectos e teceram considerações sobre outros. No seguimento destas interpelações, os Senhores Carlos Viegas e José António Chaves prestaram as informações solicitadas.

A finalizar, o Senhor Presidente da Comissão agradeceu a presença da Comissão de Trabalhadores e encerrou a reunião às dezoito horas e quarenta minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Palácio de São Bento, 02 de Dezembro de 2008.

O PRESIDENTE,

Alberto Arons de Carvalho



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Arons de Carvalho
Arménio Santos
Costa Amorim
Custódia Fernandes
Esmeralda Salero Ramires
Fernando Antunes
Isabel Coutinho
Isabel Santos
Jorge Strecht
Maria Cidália Faustino
Maria José Gamboa
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Miguel Queiroz
Miguel Santos
Pedro Mota Soares
Pedro Quartim Graça
António Almeida Henriques
Fernando Negrão
João Bernardo
José Soeiro
Odete João
Sónia Fertuzinhos
Teresa Moraes Sarmiento

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Francisco Lopes